

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Frequentou o curso de doutoramento subordinado ao tema Mercado e Direito, da Universidade de Vigo, tendo obtido o Diploma de Estudos Avançados (DEA) com a tese subordinada ao tema “Princípio da Precaução e indemnização punitiva — a reparação do dano ecológico”.

É magistrado do Ministério Público desde 2012. O seu percurso profissional enquanto Procurador Adjunto realizou-se nas extintas comarcas de Miranda do Douro e Vimioso, Ponte da Barca, Macedo de Cavaleiros e Monção, e nos DIAP de Bragança, Viana do Castelo, Braga e Porto.

Nomeado para integrar grupo de trabalho com vista à criação e implementação de uma aplicação informática destinada a obter dados de natureza estatística e qualitativa em matéria de recuperação de ativos.

Nomeado para integrar grupos de trabalho de Magistrados especializados para intervir em inquéritos de especial complexidade.

Tem participado como orador em várias conferências, subordinadas a temas de Direito Penal e Processual Penal.

Integra o Conselho de Redação da Revista do Ministério Público.

Tem artigos publicados na Revista do Ministério Público, na Revista do CEJ, na Revista Portuguesa do Direito do Consumo na Revista Julgar e em diversas plataformas jurídicas. Foi autor da obra “Recuperação de Activos na Criminalidade Económico Financeira”, edições SMMP. Foi coautor na obra coletiva “O Novo Regime de Recuperação de Ativos à luz da diretiva 2014/42/UE e da lei que a transpôs”, organizado pela PGD Porto, edições INCM.

311790258

Despacho n.º 10695/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo o Procurador da República, Lic. Jorge Manuel Alves de Oliveira, como assessor do Gabinete da Procuradora-Geral da República, com efeitos a partir de 17 de outubro de 2018.

O senhor assessor exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A nota curricular do nomeado é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

Nota curricular

Jorge Manuel Alves de Oliveira, nascido em 27 de dezembro de 1973.

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

É magistrado do Ministério Público desde 2001. O seu percurso profissional enquanto Procurador-adjunto realizou-se nos Tribunais de Anadia, Mira, Vagos, Oliveira do Bairro, em competência genérica, e em Santa Maria da Feira, primeiramente no Juízo Local Criminal, seguidamente na área dos inquéritos e por último na área cível, da família e das crianças e do comércio.

Exerceu funções enquanto membro do C.S.M.P. desde setembro de 2012 a março de 2014 a tempo parcial, e daí até março de 2017 em regime

integral. Nesta qualidade, foi designado para representar o C.S.M.P. no Conselho da Europa, aquando da avaliação do GRECO a Portugal, junto do Centro de Estudos Judiciários, para definição dos conteúdos e operacionalização dos procedimentos relativos ao plano anual de formação contínua, bem como ao curso de coordenadores de comarca, nas visitas periodicamente realizadas às comarcas, acompanhando a Conselheira Procuradora-Geral da República, junto do I.G.F.E.J., relativamente ao Portal dos Tribunais, e junto do Ministério da Justiça, relativamente às alterações à Lei e ao Regulamento à Lei de Organização do Sistema Judiciário.

Integrou grupos de trabalhos relativos à preparação e realização dos movimentos anuais de magistrados, de revisão do Regulamento das Inspeções do Ministério Público, bem como da migração da página do C.S.M.P. para o Portal do Ministério Público.

Foi assessor do C.S.M.P. desde março até agosto de 2017.

Promovido à categoria de Procurador da República em 2017, encontra-se colocado, como auxiliar, no Juízo Central Cível do Funchal.

Foi membro dos júris das provas escritas de ingresso ao CEJ em 2017.

311790233

Despacho n.º 10696/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo a Procuradora-Adjunta, Lic. Inês Maria Pinheiro Robalo, como assessora do Gabinete da Procuradora-Geral da República.

A senhora assessora exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A nota curricular da nomeada é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

29 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

Nota curricular

Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa — Escola de Lisboa, com tese intitulada Verdade e Liberdade: a atipicidade da prova em processo penal.

Ingresso no CEJ em janeiro de 2013.

Procuradora-Adjunta na 1.ª Secção do DIAP da Figueira da Foz, Comarca de Coimbra, Instância Local de Reguengos de Monsaraz (sete meses em cumulação de funções com a Instância Local de Redondo e, após, com distribuição de inquéritos da Instância Local de Vila Viçosa) e no Juízo de Competência Genérica de Santiago do Cacém.

Várias publicações entre 2011 e 2015.

Membro do Grupo de Trabalho de Direito Civil do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público desde abril de 2015.

Oradora na Ação de Formação do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) sobre “Ética e Deontologia”, 27 de novembro de 2015.

311790274



PARTE E

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extrato) n.º 816/2018

Por despacho de 12 de julho de 2018 do Reitor da Universidade do Algarve, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Licenciado Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza, na categoria de assistente convidado, em

regime de tempo parcial a 32,5 %, para a Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, no período de 31 de agosto de 2018 a 30 de agosto de 2019, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior politécnico.

31 de outubro de 2018. — O Administrador, *António Cabecinha*.

311787148